

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA - SCPREV

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Florianópolis, 31 de dezembro de 2021.

I - BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em R\$ mil

ATIVO	Exercício 2021	Exercício 2020	PASSIVO	Exercício 2021	Exercício 2020
REALIZÁVEL	47.810	29.446	EXIGÍVEL OPERACIONAL	16.298	12.701
Gestão Previdencial	2	1	Gestão Previdencial	415	361
Gestão Administrativa	213	197	Gestão Administrativa	15.883	12.340
Investimentos	47.595	29.248			
Fundos de Investimentos	47.595	29.248	PATRIMÔNIO SOCIAL	31.642	16.871
			Patrimônio de Cobertura do Plano	42.834	26.614
			Provisões Matemáticas	42.834	26.614
			Benefícios a Conceder	42.834	26.614
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	130	126	Fundos	(11.192)	(9.743)
Imobilizado	58	14	Fundos Previdenciais	405	292
Intangível	72	112	Fundos Administrativos	(11.597)	(10.035)
TOTAL DO ATIVO	47.940	29.572	TOTAL DO PASIVO	47.940	29.572

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

CÉLIO PERES
Diretor Presidente
CPF: 654.645.759-87

JÚLIO CÉSAR MEDEIROS PASQUALETO
Contador-CRC/RS nº 047048-O-S-SC
CPF: 484.111.400-91

CARLOS AUGUSTO ALPERSTEDT NETO
Diretor de Investimentos
CPF: 560.505.269-15

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - DMPS (Consolidado)

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	16.871	12.631	33,57%
1. Adições	19.574	16.956	15,44%
(+) Contribuições Previdenciais	16.669	13.882	20,08%
(+) Portabilidade	134	900	-85,16%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.351	852	58,59%
(+) Receitas Administrativas	1.360	1.322	2,89%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	61	-	-
2. Deduções	(4.803)	(12.716)	-62,23%
(-) Resgates	(50)	(13)	292,83%
(-) Portabilidade	(358)	(32)	1028,67%
(-) Repasse de Prêmio de Riscos Terceirizados	(1.401)	(1.129)	-
(-) Outras Deduções	(11)	(6)	95,70%
(-) Despesas Administrativas	(2.982)	(11.523)	-74,12%
(-) Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios _ Gestão Administrativa	(1)	-	-
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	-	(14)	-100,00%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	14.771	4.240	248,40%
(+/-) Provisões Matemáticas	16.220	14.053	15,42%
(+/-) Superávit/(Deficit) Técnico do Exercício	-	112	-100,00%
(+/-) Fundos Previdenciais	113	290	-61,03%
(+/-) Fundos Administrativos	(1.562)	(10.215)	-84,71%
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4+5)	31.642	16.871	87,56%

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

CÉLIO PERES
Diretor Presidente
CPF: 654.645.759-87

JÚLIO CÉSAR MEDEIROS PASQUALETO
Contador-CRC/RS nº 047048-O-S-SC
CPF: 484.111.400-91

CARLOS AUGUSTO ALPERSTEDT NETO
Diretor de Investimentos
CPF: 560.505.269-15

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS PLANO SCPREV

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	26.906	12.449	116,13%
	1. Adições	19.358	16.642	16,32%
(+)	Contribuições	17.872	14.890	20,03%
(+)	Portabilidade	134	900	-85,11%
(+)	Reversão de Fundo Administrativo	1	-	-
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.351	852	58,62%
	2. Deduções	(3.025)	(2.185)	38,44%
(-)	Resgates	(50)	(13)	284,62%
(-)	Portabilidade	(358)	(32)	1018,75%
(-)	Repasse de Prêmio de Riscos Terceirizados	(1.401)	(1.129)	24,09%
(-)	Custeio Administrativo	(1.205)	(1.006)	19,78%
(-)	Outras Destinações	(11)	(5)	120,00%
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	16.333	14.457	12,98%
(+/-)	Provisões Matemáticas	16.220	14.054	15,41%
(+/-)	Fundos Previdenciais	113	291	-61,17%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-	112	-100,00%
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	43.239	26.906	60,70%
	C) Fundos Não Previdenciais	(1.562)	(10.216)	-84,71%
(+/-)	Fundos Administrativo	(1.562)	(10.216)	-84,71%

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Contábeis

CÉLIO PERES
Diretor Presidente
CPF: 654.645.759-87

JÚLIO CÉSAR MEDEIROS PASQUALETO
Contador-CRC/RS nº 047048-O-S-SC
CPF: 484.111.400-91

CARLOS AUGUSTO ALPERSTEDT NETO
Diretor de Investimentos
CPF: 560.505.269-15

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS PLANO SCPREV

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
1. Ativos	43.654	27.266	60,10%
Recebíveis Previdencial	2	-	0,00%
Investimento	43.652	27.266	60,10%
Fundos de Investimento	43.652	27.266	60,10%
2. Obrigações	(415)	(361)	14,95%
Operacional	(415)	(361)	14,95%
5. Ativo Líquido (1-2)	43.239	26.905	60,71%
Provisões Matemáticas	42.834	26.613	60,95%
Fundos Previdenciais	405	292	38,86%

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Contábeis

CÉLIO PERES
Diretor Presidente
CPF: 654.645.759-87

JÚLIO CÉSAR MEDEIROS PASQUALETO
Contador-CRC/RS nº 047048-O-S-SC
CPF: 484.111.400-91

CARLOS AUGUSTO ALPERSTEDT NETO
Diretor de Investimentos
CPF: 560.505.269-15

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	(10.035)	181	-5644,20%
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.420	1.320	7,58%
1.1 Receitas	1.420	1.320	7,58%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.205	1.006	19,78%
Receitas Diretas	154	114	34,97%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	61	-	-
Outras Receitas	-	200	-100,00%
2. Despesas Administrativas	(2.981)	(11.522)	-74,13%
2.1 Administração dos Planos Previdenciais	(2.981)	(2.557)	16,58%
Pessoal e Encargos	(1.996)	(1.786)	11,76%
Treinamentos / congressos e seminários	(10)	(9)	8,76%
Viagens e estadias	(2)	(2)	0,00%
Serviços de terceiros	(674)	(521)	29,48%
Despesas gerais	(180)	(134)	34,39%
Depreciações e amortizações	(50)	(42)	17,69%
Tributos	(69)	(63)	9,69%
2.6 Outras Despesas	-	(8.965)	-100,00%
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	(1)	-	0,00%
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	(14)	-100,00%
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(1.562)	(10.216)	-84,71%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(1.562)	(10.216)	-84,71%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	(11.597)	(10.035)	15,57%

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Contábeis

CÉLIO PERES
Diretor Presidente
CPF: 654.645.759-87

JÚLIO CÉSAR MEDEIROS PASQUALETO
Contador-CRC/RS nº 047048-O-S-SC
CPF: 484.111.400-91

CARLOS AUGUSTO ALPERSTEDT NETO
Diretor de Investimentos
CPF: 560.505.269-15

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO SCPREV

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+3+4)	43.654	27.267	60,10%
1. Provisões Matemáticas	42.834	26.614	60,94%
1.2. Benefício a Conceder	42.834	26.614	60,94%
Contribuição Definida	37.983	23.678	60,41%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/ instituidor(es)	17.423	10.566	64,90%
Saldo de contas - parcela participantes	20.560	13.112	56,80%
Benefício Definido	4.851	2.936	65,21%
3. Fundos	405	292	38,67%
3.1. Fundos Previdenciais	405	292	38,67%
4. Exigível Operacional	415	361	15,03%
4.1. Gestão Previdencial	415	361	15,03%

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Contábeis

CÉLIO PERES
Diretor Presidente
CPF: 654.645.759-87

JÚLIO CÉSAR MEDEIROS PASQUALETO
Contador-CRC/RS nº 047048-O-S-SC
CPF: 484.111.400-91

CARLOS AUGUSTO ALPERSTEDT NETO
Diretor de Investimentos
CPF: 560.505.269-15

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SCPREV, instituída pela Lei Complementar nº 661, de 02/12/2015 (publicada no DOE nº 20.197, de 03/12/2015), e criada pelo DECRETO nº 553 de 18/12/2015 (publicada no DOE nº 20.209, de 31/12/2015), aprovada sua constituição e autorizado seu funcionamento por meio da Portaria nº 141, de 31/03/2016 da Diretoria de Análise Técnica da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – DITEC/PREVIC (publicada no Diário Oficial da União nº 62, de 01/04/2016), é uma entidade fechada de previdência complementar - EFPC, sem fins lucrativos, que obedece às normas expedidas pelo Ministério da Economia, por meio do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, da Subsecretaria de Gestão da Previdência e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, bem como de resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional.

A SCPREV é organizada sob a forma de fundação, de natureza pública, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede e foro na Capital do Estado de Santa Catarina. Tem como finalidade administrar e executar plano de benefícios de caráter previdenciário complementar, estruturados na modalidade de contribuição definida, nos termos das Leis Complementares federais nos 108 e 109, ambas de 29/05/2001.

A estrutura organizacional da SCPREV é constituída pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, cujas composições e responsabilidades estão definidas em seu Estatuto, observado o disposto nos arts. 8º a 23º da Lei Complementar Federal nº 108, de 2001.

A SCPREV atualmente administra um único plano previdenciário, Plano de Benefícios de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina, denominado PLANO SCPREV, o qual foi aprovado pela Portaria nº 29, de 29/09/2016, da Diretoria de Análise Técnica da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – DITEC/PREVIC (publicada no Diário Oficial da União nº 189, 30/09/2016), inscrito sob o nº 2016.0015-18 no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB.

Os recursos de que a SCPREV administra, para o cumprimento de seus objetivos, são constituídos por contribuições de suas patrocinadoras e seus participantes, bem como de rendimentos resultantes das aplicações dessas contribuições. As aplicações financeiras obedecem às regras fixadas pela

Resolução CMN nº 4661, de 25/05/2018, publicada no Diário Oficial da União de 29/05/2018, e suas alterações.

Para a SCPREV iniciar suas atividades, está sendo realizado aportes mensais de recursos pelo Patrocinador sob a forma de adiantamento de contribuições futuras, com o objetivo de atender à cobertura das despesas administrativas e dos benefícios de risco. A compensação dos referidos aportes será disciplinada por ato do chefe do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, e deverá ocorrer somente a partir do momento em que as receitas próprias do Plano de Gestão Administrativa da SCPREV forem suficientes para cobrir de modo integral suas despesas administrativas.

A SCPREV aplica os recursos dos aportes mensais de acordo com a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo. A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está registrada em livros obrigatórios, revestida das formalidades legais, capazes de assegurar sua exatidão.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pronunciamentos contábeis.

São observadas as seguintes normas:

Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, a qual revogou a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, e a Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020 com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021, a qual revogou a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações posteriores. Para o cumprimento da comparabilidade dos exercícios de 2021 e 2020 foi realizada a adequação das demonstrações financeiras de 2020 (vide nota 12).

Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa.

A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC, reflete o ciclo operacional de longo prazo de suas atividades, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdências, administrativa e o

fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que, comparativamente, a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos demonstra além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade, conforme segue:

I - Gestão Previdencial: registra e controla as contribuições, benefícios e os institutos de portabilidade, resgate, benefício proporcional diferido e autopatrocínio.

II - Gestão Administrativa: atividade de registro e de controle inerentes à administração dos Planos de Benefícios.

III - Investimentos: registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

Conforme determinado no anexo III da Instrução Previc nº 31, de 20/08/2020, alterada pela Instrução Normativa Previc nº 44 de 23 de novembro de 2021, os modelos das demonstrações contábeis, consolidadas e por planos a serem elaboradas pelas entidades fechadas de previdência complementar - EFPC e encaminhadas à PREVIC, são os seguintes, referentes ao exercício social:

I - Balanço Patrimonial - Consolidado comparativo com o exercício anterior;

II - Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS - Consolidada comparativa com o exercício anterior;

III - Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com exercício anterior;

IV - Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL - comparativa com exercício anterior;

V - Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA - (consolidada) comparativa com o exercício anterior;

VI – Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios – DPGA – (Facultativa) - comparativa com o exercício anterior;

VII - Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT - comparativa com exercício anterior.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis adotadas pela Fundação estão resumidas a seguir:

a) Ativo Realizável

I - Gestão Previdencial: representa os recursos a receber do Plano de Benefícios, relativos às contribuições dos patrocinadores, participantes e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio vigente, e registrado pelo regime de caixa, conforme determina o art.10 Normas Gerais da Resolução nº 43 de 06/08/2021.

II - Gestão Administrativa: representa os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas efetuado pela patrocinadora, participantes e outros eventos administrativos, e também as sobras de Recursos do PGA que compõe o Fundo Administrativo.

III - Investimentos: regido pelas diretrizes de aplicações dos recursos garantidores dos planos administrados em consonância com a legislação em vigor.

Para precificação dos títulos e valores mobiliários, conforme indica a instrução Previc nº 31, de 20/08/2020, utilizamos os critérios definidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG 46 (R1), aprovada pela Resolução do CFC nº 1.428/2013, que estabelece a mensuração do valor justo utilizamos os critérios definidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG 46 (R1), aprovada pela Resolução do CFC nº 1.428/2013, que estabelece a mensuração do valor justo.

Os Fundos de Investimentos são contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço.

4. GESTÃO PREVIDENCIAL

CUSTEIO – O Custeio do PLANO SCPREV determina que os Participantes ao aderirem ao Plano, possam escolher a alíquota de contribuição, incidente sobre o salário de participação, observado o percentual mínimo definido no referido plano de custeio e na legislação estadual. Essas contribuições serão destinadas as contas específicas conforme regulamento do Plano. O resultado do plano de benefícios previdenciais no exercício é formado

pelas adições, subtraídas as deduções por pagamentos de benefícios acrescidos ou deduzidos do fluxo de investimentos e da cobertura de despesas administrativas. Esses valores estão apresentados nos demonstrativos II e III os quais são referentes às mutações do Patrimônio Social e do Ativo Líquido do Plano de Benefícios.

R\$ mil

Descrição	2021	2020	Variação
1. Adições	19.358	16.642	15,71%
(+) Contribuições Previdenciais	16.605	14.661	13,25%
(+) Contribuição de Riscos Terceirizados	1.401	1.129	24,09%
(+) Reversão do Fundo Administrativo	1	-	-
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos	1.351	852	58,62%
2. Deduções	(3.025)	(2.185)	54,37%
(-) Benefícios	(419)	(50)	738%
(-) Repasse de Prêmio de Riscos Terceirizados	(1.401)	(1.129)	24,09%
(-) Taxa de Carregamento	(1.205)	(1.006)	19,78%
= Resultado do Plano	16.333	14.457	12,98%

De acordo com a Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2021, implantou-se, a partir de 2021, uma nova planificação contábil para as EFPC – Entidades Fechadas de Previdência Complementar, com contas específicas para as contribuições de riscos terceirizados e valores revertidos ao plano do Fundo Administrativo. Nas deduções foi criada a conta específica de repasse de Prêmio de Riscos Terceirizados.

5. GESTÃO DE INVESTIMENTO

A gestão dos ativos financeiros da entidade tem como objetivo buscar os resultados necessários de forma a cumprir suas obrigações previdenciárias e operacionais. A composição patrimonial da carteira de investimentos em 31 de dezembro 2021 e 2020, estava registrada contabilmente conforme demonstrado no quadro abaixo:

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Valores em R\$ mil

CONSOLIDADO	Exercícios Findos em	
	31/12/2021	31/12/2020
Fundos de Investimentos Consolidado	47.595	29.248
Fundos de Investimentos PB	43.653	27.266
Bradesco FI RF REF DI Premium - 6130	-	10.271
BB Previd RF IMA-B 5+	1.927	-
BB Previd Perfil	4.380	5.240
BB Previd RF IMAB 5-6130	-	986
Bradesco Inst FI RF Cred Privado - 6130	6.709	2.701
Bradesco Inst FIC FI RF IMA-B	-	850
Bradesco Inst FIC FI RF IMA-B5	12.390	-
BB PREVID RF IMA-B 5 LP	4.175	-
BB Previd Ações	1.169	1.234
BB Ações Alocação ETF	-	1.544
Fdo.de Invest.- Itaú Ibov Index Fic Fia	1.990	-
Bradesco Fim Macro Inst.	3.393	-
Bradesco Fic Fim Omega	2.416	1.398
Bradesco Fic Fim Alocação Alpha	744	-
Multimercado-Bradesco Alloc	-	1.296
BB Multimercado Schroder FI	2.334	1.564
BNP Acess Companies USA IE	451	182
BB Ações Nordea	1.575	-
Fundos de Investimentos PGA	3.942	1.982
BB Previd RF IRF-M 1	-	989
BB Previd Perfil	2.248	989
BB Previd Fluxo	4	4
BB Previd RF – IMA B5	1.075	-
BB Previd RF IMAB 5+	112	-
BB Previd MM Alocação	217	-
BB Ações Alocação ETF IE	70	-
Bb rf lp Global IE	216	-

Obs: PB (Plano de Benefícios) e PGA (Plano de Gestão Administrativa)

Os investimentos estavam lastreados, exclusivamente, em cotas de fundos de investimentos classificados no segmento de renda fixa, renda variável, fundo multimercado, fundo multimercado estruturado e fundo no exterior, o montante em 2021 é de R\$ 47,595 milhões (R\$ 29,248 milhões em 2020).

Para a precificação dos ativos financeiros, a SCPREV adotou a marcação a mercado, seguindo os procedimentos acordados pelos gestores dos fundos de investimento conforme demonstrado no quadro acima. A metodologia utilizada pela instituição financeira está detalhada no seu Manual de Precificação de Ativos e foi disponibilizada à Entidade. Este Manual está baseado no código de Auto Regulação para Fundos de Investimentos e nas diretrizes de Marcação a Mercado da ANBIMA.

DEMONSTRATIVO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO POR TIPO DE GESTÃO

Títulos e Valores Mobiliários	Gestão Terceiriza da	Carteira Própria	Saldo 31/12/202 1	Gestão Terceiriza da	Carteir a Própri a	R\$ mil
						Saldo 31/12/202 0
Fundos de Investimentos						
Fundo Aberto		47.595	47.595		29.248	29.248
Sub Total		47.595	47.595		29.248	29.248
Total		47.595	47.595		29.248	29.248

A carteira de investimentos refere-se:

I – Plano de Gestão Administrativa – PGA, proveniente do aporte de recursos do Estado de Santa Catarina, da taxa de carregamento do PLANO SCPREV; e

II – PLANO SCPREV, contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes do PLANO SCPREV.

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso uma contraparte emissora de um ativo financeiro não honre com suas obrigações.

A Entidade limita sua exposição a riscos de crédito ao investir em ativos com baixa classificação de risco, por intermédio exclusivo de fundos de investimentos ou fundos de investimentos em cotas de fundos de investimento, conforme determina a política de investimentos elaborada anualmente pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho Deliberativo, antes do início do exercício a que se referir, conforme determina a Resolução CVM nº 4661/18 e o art.30 da instrução nº 31/2020.

QUADRO COM CLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS COM O RISCO DE CRÉDITO – PLANO SCPREV

Por Tipo		Por Faixa		Por Indexador	
Debêntures	56,9%	Faixa 1	72,7%	CDI	99,1%
Créd Priv Financeiro	35,7%	Faixa 2	22,5%	IGP-M	0,2%
FIDCs	5,5%	Faixa 3	4,5%	IPCA	0,3%
Créd Priv Não Financeiro	1,2%	Faixa 4	0,0%	Selic	0,5%
Cotas de Fundos	0,7%	Faixa 5	0,1%	Outros	0,0%
Outros	0,0%	Faixa 6	0,1%		
		ND	0,2%		

QUADRO COM CLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS COM O RISCO DE CRÉDITO – PGA

Por Tipo		Por Faixa		Por Indexador	
Créd Priv Financ	68,0%	Faixa 1	92,2%	CDI	100,0%
Debêntures	31,1%	Faixa 2	5,2%	IGP-M	0,0%
Créd Priv Não Financ	0,8%	Faixa 3	1,5%	IPCA	0,0%
Cota de Fundos	0,1%	Faixa 4	0,0%	Selic	0,0%
FIDCs	0,0%	Faixa 5	0,2%	Outros	0,0%
Outros	0,0%	Faixa 6	0,2%		

	ND	0,7%
--	-----------	------

FAIXAS DE RATING (REFERÊNCIA):

Fitch	S&P	Moody's	Austin	Liberum	LF	SR	Rating Padrão	Faixa
AAA (bra)	brAAA	Aaa.br	AAA	AAA	AAA	brAAA	AAA	1
AA+ (bra)	brAA+	AA+.br	AA+	AA+	AA+	brAA+	AA+	2
AA (bra)	brAA	AA.br	AA	AA	AA	brAA	AA	
AA- (bra)	brAA-	AA-.br	AA-	AA-	AA-	brAA-	AA-	
A+ (bra)	brA+	A+.br	A+	A+	A+	brA+	A+	3
A (bra)	brA	A.br	A	A	A	brA	A	
A- (bra)	brA-	A-.br	A-	A-	A-	brA-	A-	
BBB+ (bra)	brBBB+	BBB+.br	BBB+	BBB+	BBB+	brBBB+	BBB+	4
BBB (bra)	brBBB	BBB.br	BBB	BBB	BBB	brBBB	BBB	
BBB- (bra)	brBBB-	BBB-.br	BBB-	BBB-	BBB-	brBBB-	BBB-	
BB+ (bra)	brBB+	BB+.br	BB+	BB+	BB+	brBB+	BB+	5
BB (bra)	brBB	BB.br	BB	BB	BB	brBB	BB	
BB- (bra)	brBB-	BB-.br	BB-	BB-	BB-	brBB-	BB-	
B+ (bra)	brB+	B+.br	B+	B+	B+	brB+	B+	6
B (bra)	brB	B.br	B	B	B	brB	B	
B- (bra)	brB-	B-.br	B-	B-	B-	brB-	B-	
CCC (bra)	brCCC+ brCCC brCCC-	CCC+.br CCC.br CCC-.br	CCC	CCC		brCCC	CCC	7
CC (bra)	brCC	CC.br	CC	CC		brCC		8
C (bra)	brC	C.br	C	C	C	brC		
DDD (bra)	R		D	D	D	brD	D	
DD (bra)	SD							8
D (bra)	D							
RD								
SEM RATING								9

Fonte: Aditus Consultoria Financeira

Da análise das informações acima, é possível observar que os Planos administrados pela Entidade aplicam majoritariamente em fundos de investimento, cujos ativos carregam títulos com elevado grau de investimento. Essa decisão, definida na política de investimentos dos Planos, auxilia no controle do risco de crédito.

6. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Representa os bens necessários ao funcionamento da entidade, demonstrados ao custo de aquisição, subtraída a depreciação e/ou amortização acumulada, calculado pelo método linear. A seguir a estrutura do permanente com as devidas taxas:

R\$ mil Descrição	Tx. Anual Deprec. Amort.	Exercícios Findos em			
		31/12/2021		31/12/2020	
		Vlr. de Custo	Deprec./ Amortiz.	Vlr. Residual	Vlr. de Custo
Imobilizado e Intangível					
Ativo Imobilizado		76	(18)	58	15
Móveis e Utensílios	10%	8	(3)	5	6
Computadores e Periféricos	20%	62	(12)	50	5
Equipamentos de refrigeração	10%	6	(3)	3	4
Ativo Intangível		221	(149)	72	112
Software	20%	221	(149)	72	112
Total do Imobilizado e Intangível		297	(167)	130	127

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

O Exigível Operacional está subdividido em Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Gestão de Investimentos, e registra as obrigações decorrentes das operações da Entidade.

7.1 Gestão Previdencial – estão registrados os compromissos a pagar referentes ao pagamento de impostos retidos dos benefícios pagos, contribuições recebidas a maior e repasses a seguradora referente aos benefícios de risco, conforme descrito no quadro abaixo:

PLANO

R\$ mil Descrição	Valores em R\$mil Exercícios Findos em	
	31/12/2021	31/12/2020
Gestão Previdencial	415	361
Valores a Repassar Risco		
Terceirizado (a)	203	164
Contribuição para Custeio		
(b)	212	197
Total	415	361

- a) Repasse Icatu Seguros S/A: refere-se ao valor arrecadado para a contribuição de risco a ser repassado para a seguradora.
- b) Contribuição para Custeio: refere-se a taxa de carregamento a ser repassada para o plano de gestão administrativa.

7.2 - Gestão Administrativa – PGA estão registrados os compromissos a pagar, pertinentes a administração do respectivo Plano e também o adiantamento de contribuições futuras realizadas pelo patrocinador, conforme descrito no quadro abaixo:

PLANO

R\$ mil	Valores em R\$mil	
	Exercícios Findos em	
Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Gestão Administrativa		
Pessoal e Encargos		
(a)	130	109
Fornecedores		
(b)	44	31
Retenções a Recolher		
(c)	36	29
Antecipação de Contribuições de Patrocinadores (d)	15.648	12.148
Creditos em Garantia		
(e)	23	23
Valores a repassar ao plano		
(f)	2	1
		12.34
Total Gestão Administrativa	15.883	1

- a) Pessoal e Encargos: na rubrica pessoal e encargos foram registrados os valores referentes ao provisionamento de encargos sociais e provisões de férias equivalentes a R\$ 130 mil em 31/12/2021 (R\$ 109 mil em 31/12/2020).
- b) Fornecedores: na rubrica fornecedores foram registrados os provisionamentos das notas fiscais de serviços referentes ao período no valor de R\$ 44 mil em 31/12/2021 (R\$ 31 mil em 31/12/2020).
- c) Retenções a Recolher: na rubrica retenções a recolher foram registrados os valores referentes aos impostos retidos na fonte e de PIS/COFINS equivalentes a R\$ 36 mil em 31/12/2021 (R\$ 29 mil em 31/12/2020).

d) Antecipação de Contribuições de Patrocinadores:

I – Adiantamento de Contribuição – Patrocinador: Com o objetivo de propiciar o início das operações da SCPREV, o art. 29 da Lei 661/2015 autorizou, no ato da criação dessa entidade, o Estado de Santa Catarina a aportar recursos financeiros a título de adiantamento de contribuições futuras, necessário ao regular funcionamento inicial da Fundação, *litteris*:

“Art. 29. Para atender às despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar, o Estado aportará recursos na SCPREV até o limite de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), destinados à cobertura das despesas administrativas e dos benefícios de risco, a título de adiantamento de contribuições futuras”.

Destaca-se que esse adiantamento de contribuições, previsto na Lei 661/2015, detém caráter de obrigação legal (passivo) para a SCPREV, não sendo possível o seu registro como Dotação Inicial, sendo classificado como empréstimo a pagar ao patrocinador do PGA, pois o mesmo deve ser devolvido. Também não está classificado como Receitas Antecipadas, pois a antecipação é do Patrocinador e não do Plano de Benefícios, sendo que o Plano não possui o registro na conta do Realizável Custeio Administrativo Antecipado.

“§ 1º A compensação dos recursos referidos no caput deste artigo será disciplinada por ato do Chefe do Poder Executivo e deverá ocorrer somente a partir do momento em que as receitas próprias da SCPREV forem suficientes para cobrir de modo integral suas despesas administrativas.”

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu art. 202, § 3º, há vedação de aporte de recursos da União à entidade de previdência privada, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.

Em atendimento ao art. 29 da Lei 661/2015, durante o exercício de 2021 foram realizados aportes no valor total de R\$ 3.500.000,00.

Até dezembro de 2020 a SCPREV escriturava o resultado do PGA na conta 419 - OUTRAS RECEITAS em contrapartida à conta 2.1.2.9.01.03 (-) UTILIZAÇÃO FONTE DE CUSTEIO. Esse era o único procedimento contábil que permitia validar o balancete para envio ao órgão fiscalizador, já que até

dezembro de 2019, a regra de consistência impedia e invalidava o resultado negativo no Balancete do PGA.

A reclassificação da conta operacional retificadora para o Fundo Administrativo descoberto ocorreu em 2020 utilizando-se como contrapartida Outras despesas no valor de R\$ 8,965 milhões (vide nota 9).

Desde 2020 o resultado descoberto (negativo) acumulado do PGA da entidade apresenta em dezembro de 2021 o valor do patrimônio líquido negativo de R\$ 11,597 milhões (R\$ 10,035 milhões em 31/12/2020) na conta do Fundo Administrativo conforme demonstrativo abaixo:

R\$ mil Descrição	Exercícios Findos em	
	2021	2020
<u>Antecipação de Contribuição Patrocinador</u>	<u>15.673</u>	<u>12.172</u>
Saldo Adiantamento Contribuições - Patrocinador	15.648	12.148
<u>Outros Valores Operacionais</u>	<u>209</u>	<u>169</u>
<u>Patrimônio Líquido Negativo</u>	<u>(11.597)</u>	<u>(10.035)</u>
Fundo Administrativo descoberto	(11.597)	(10.035)
<u>Total Ativos PGA</u>	<u>4.285</u>	<u>2.306</u>

O Fundo Administrativo Descoberto foi permitido pelo Orgão regulador a partir de janeiro de 2020, tendo o mesmo normatizado pela Instrução Previc nº 31 de 20 de Agosto de 2020.

8. PATRIMÔNIO SOCIAL

No Plano PLANO SCPREV, o Patrimônio Social é composto pelo Patrimônio de Cobertura do Plano (Provisões Matemáticas e Equilíbrio Técnico) acrescido do Fundo Previdencial e do Fundo Administrativo descoberto.

No quadro abaixo está demonstrada a composição consolidada do Patrimônio Social do Plano administrado pela SCPREV em 31/12/2021.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
PATRIMÔNIO SOCIAL	1	0
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	42.834	26.614
Provisões Matemáticas	42.834	26.614
Benefícios a Conceder	42.834	26.614
Contribuição Definida	37.983	23.678

Benefício Definido	4.851	2.936
FUNDO		
S	(11.192)	(9.743)
Fundo Previdencial	405	292
Fundo Previdencial	405	292
Fundo Administrativo	(11.597)	(10.035)
Plano de Gestão Administrativa	(11.597)	(10.035)
TOTAL PATRIMÔNIO		
SOCIAL	31.642	16.871

8.1 PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

Provisões Matemáticas

Benefícios a conceder representam a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, que não estejam em gozo de benefícios, referentes ao saldo atual de suas contribuições.

Contribuição Definida: Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição definida aquele cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Benefício Definido: Entende-se por plano de benefício de caráter previdenciário na modalidade de benefício definido aquele cujos benefícios programados têm seu valor ou nível previamente estabelecidos, sendo o custeio determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

8.2 FUNDO ADMINISTRATIVO

O saldo do Fundo Administrativo deve corresponder, no mínimo, ao Ativo Permanente, conforme determina da Instrução SPC nº 31/2020, e não poderá ser utilizado para a cobertura das despesas administrativas em função da obrigatoriedade de permanência de saldo mínimo equivalente ao registrado

no ativo permanente. Com a permissão do Fundo Administrativo Descoberto essa regra não se aplica as entidades com saldo Descoberto, significando que o Permanete está sendo financiado pelo Estado através do Adiantamento de contribuições, conforme Instrução Previc nº 31 de 20/08/2020, a qual revoga, a partir de 01 de janeiro de 2021, a Instrução SPC nº 34/2009 e suas alterações.

A parcela pertinente ao PLANO SCPREV, registrada ate 2021 na rubrica “Participação no Fundo Administrativo PGA”, por estar na condição descoberta não apresentará valor até se tornar superávitária.

9. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas são custeadas por meio de Taxa de Carregamento, incidente sobre as contribuições previdenciais dos participantes e patrocinadores, com o percentual de 7% aplicada a cada contribuição normal e adicional, provenientes das contribuições previdenciais dos participantes e patrocinadores, conforme determina o regulamento do PLANO SCPREV. Ainda para cobertura das despesas, a entidade adotou contribuições de cobertura de risco conforme valores destacados na nota 4.

Registram receitas da entidade não relacionadas com as contribuições previdenciais e a gestão de investimentos decorrentes da intermediação da cobertura de risco, pagas pela seguradora conforme convênio.

R\$ mil Descrição	Exercícios Findos em	
	31/12/2021	31/12/2020
(a) Fonte de Recursos Adm.	1.360	1.322
Custeio gestão previdencial	1.205	1.006
Receitas diretas	155	114
Outras Receitas	-	200
(b) Despesa Administrativa	(2.982)	(11.522)
Despesas Administrativas	(2.982)	(2.557)
Outras Despesas	-	(8.965)
(c) Reversão de Recursos para o Plano	(1)	-
(d) Fluxo dos Investimentos	61	(14)
(=) Resultado Administrativo	(1.562)	(10.216)

(a) Fontes de Recursos Adm.

Com o Fluxo Administrativo Deficitário (Despesas Administrativas maiores que as fontes de custeio administrativo) a entidade registrou até 2019 a complementação em Outras Receitas. A partir de fevereiro 2020 com a permissão do órgão regulador PREVIC da apuração do resultado administrativo deficitário a entidade não realizou o registro em Outras Receitas, apurando desde janeiro de 2020 o Fundo Administrativo Descoberto.

(b) Despesas Administrativa

Representa as despesas administrativas da entidade, sendo que, para transferir os valores acumulados das outras Exigibilidades, apresentado em conta retificadora, foi realizado em 2020 o registro de R\$ 8,965 milhões em Outras Despesas.

(c) Reversão de Recursos para o Plano

Representa valores repassado do PGA ao Plano SCPREV para cobrir despesas da carteira de investimentos.

(=) Resultado Administrativo

A partir de janeiro de 2020 o órgão regulador PREVIC permitiu a apuração do resultado deficitário. Diante da alteração a entidade transferiu R\$ 8,965 milhões dos valores acumulados, que somado ao resultado deficitário de 2020, constituiu o valor de R\$ 10,216 milhões em 31/12/2021 como resultado administrativo descoberto apresentado na conta contábil Fundo Administrativo Descoberto.

10. ASPECTOS TRIBUTÁRIOS

Os valores referentes ao PIS e à COFINS são calculados mensalmente, de acordo com as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, sobre o somatório das receitas administrativas da Entidade e o resultado das aplicações do Fundo Administrativo, conforme Instrução Normativa SRF nº 1.285 de 13/08/2012.

As EFPC estão isentas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), desde janeiro de 2005, de acordo com a Lei nº 11.153, de 29/12/2004.

A Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar é calculada com base nos recursos garantidores de cada plano de benefício administrado pela Entidade e o seu recolhimento a PREVIC é quadrimestral de acordo com a Instrução MPS/PREVIC nº 03, de 10/10/2012.

11 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a SCPREV não possuía transações em aberto com seus participantes elegíveis

ao Plano de Aposentadorias. Em relação ao Patrocinador, a SCPREV possui parte relacionada com os Patrocinadores do Estado de Santa Catarina referente a adiantamento de contribuições ao Plano de Gestão administrativo:

R\$ mil Descrição	Exercícios Findos em	
	31/12/2021	31/12/2020
Antecipação de Contribuição Patrocinadores	15.648	12.148
Governo do Estado SC	15.648	12.148
Total Partes Relacionadas	15.648	12.148

12 – RECLASSIFICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2020

Em virtude da alteração normativa vigente a partir de janeiro de 2021, implementada pela Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, atualizada pela Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, que dentre outros aspectos efetuou ajustes e adequações na planificação contábil e demonstrações financeiras das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. As demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2020 consolidadas e individualizadas do plano previdencial e de gestão administrativa, foram ajustadas para fins comparativos com o exercício social de 2021.

A obrigatoriedade da apresentação das demonstrações financeiras de 2020 reclassificadas, está contida no anexo III da Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021 da seguinte forma: *“Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas”*.

Os principais ajustes realizados para atendimento aos preceitos legais foram a abertura no DMPS e DMAL nas adições da rubrica contribuições em contribuições, portabilidade, resgate e indenização de Riscos Terceirizados e nas Deduções a abertura da conta de benefícios em benefícios, resgates, portabilidade e Repasse de Prêmio de Riscos Terceirizados. No DPGA a exclusão da abertura das despesas administrativas em Gestão Previdencial e de Investimentos consolidando em Despesas Administrativas do Plano de Benefícios.

13 – LEGISLAÇÃO - NOVOS NORMATIVOS

Em 20 de agosto de 2020 foi divulgada a Instrução Previc nº 31, estabelecendo mudanças na estrutura contábil das Entidades Fechadas de Previdência Complementar com vigência a partir do exercício de 2021. Dentre as principais mudanças estão: i) Reclassificação dos contratos de dívidas com as patrocinadoras que estavam sendo registrados no passivo passarão a ser registrados no ativo; ii) Estrutura de contas de investimentos de forma detalhada com provisão específica para cada grupo de ativos; iii) Padronização

dos contratos de riscos terceirizados; iv) Eliminação da classificação de despesas Previdenciais e Investimentos, Comuns e específicas e Físicas e Jurídicas, dentre outras.

Em 6 de agosto de 2021 foi publicada a Resolução CNPC nº 43 a qual dispõe sobre os procedimentos contábeis das EFPC e sobre o registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, revogando a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, e a Resolução CNPC nº 37, de 13 de março de 2020.

Em 23 de novembro de 2021 foi publicada a Instrução Previc nº 44, onde trouxe algumas alterações da Instrução Previc nº 31, sendo elas a não obrigatoriedade de envio do relatório circunstanciado sobre controles internos após 60 dias do prazo limite de envio das demonstrações contábeis.

Em 08 de dezembro de 2021 foi publicada a Resolução CNPC nº 48, a qual dispõe sobre as fontes, os limites para custeio administrativo, os critérios e os controles relativos às despesas administrativas pelas EFPC, revogando a resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, tendo sua vigência a partir de 1º de janeiro de 2022.

14 – EFEITO DO COVID-19 NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Durante o ano de 2021, a atividade social e econômica mundial continuou sendo impactada pela disseminação e ameaça do coronavírus (COVID-19). A Entidade tomou medidas para reduzir o risco de exposição dos funcionários, incluindo a restrição de viagens e a instituição de protocolos extensivos ao trabalho remoto. Por meio dessas medidas, buscou minimizar qualquer interrupção aos participantes e operações administrativas.

Embora a SCPREV tenha sofrido o impacto da desaceleração econômica resultante da pandemia global, as perdas relacionadas ao COVID-19 não afetaram significativamente as Demonstrações Contábeis da Entidade para o ano de 2021.

A Administração seguirá observando atentamente o desenvolvimento dessa situação durante o próximo exercício.

15 – EVENTOS SUBSEQUENTES – INFORMAÇÕES EXTRACONTÁBEIS

Em 20 de agosto de 2020 foi divulgada a Instrução PREVIC nº 31, Anexo IV, que estabelece mudanças a partir do mês 01/2022, onde as EFPC devem enviar mensalmente, juntamente com o balancete contábil do período, por meio de sistema disponibilizado pela Previc, as informações extracontábeis de plano de benefícios. As informações do grupamento Extracontábil são para o acompanhamento mensal do Déficit Técnico dos Planos de Benefícios; da consolidação de posições das carteiras próprias e carteiras administradas dos investimentos realizados por meio de fundos de investimentos e de fundos de

investimentos em cotas de fundos de investimentos; do detalhamento contábil dos investimentos imobiliários; do montante de depósitos e títulos que lastreiam operações que exigem margem e garantia no mercado futuro; da precificação a mercado dos títulos mantidos até o vencimento; do montante de títulos públicos garantidores das operações compromissadas, e também da apuração do nível de dependência de patrocinador.

CÉLIO PERES
Diretor-Presidente
CPF: 654.645.759-87

JÚLIO CÉSAR MEDEIROS PASQUALETO
Contador-CRC/RS nº 047048-O-S-SC
CPF: 484.111.400-91

CARLOS AUGUSTO ALPERSTEDT NETO
Diretor de Investimentos
CPF: 560.505.269-15



Assinaturas do documento



Código para verificação: **90YRQ31W**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CELIO PERES (CPF: 654.XXX.759-XX) em 18/02/2022 às 13:18:09

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:31:05 e válido até 13/07/2118 - 13:31:05.

(Assinatura do sistema)



CARLOS AUGUSTO ALPERSTEDT NETO (CPF: 560.XXX.269-XX) em 18/02/2022 às 13:26:56

Emitido por: "SGP-e", emitido em 12/07/2019 - 19:39:50 e válido até 12/07/2119 - 19:39:50.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NQKvVWXzE0NTkzX09GQ180OV8yMDIyXzkwWVJRMzFX> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCPREV OFC 11/2022** e o código **90YRQ31W** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.